



REVISTA
Casa da

ISSN 1516-7712

GEOGRAFIA
de Sobral

O PROCESSO HISTÓRICO DA ATIVIDADE AGROPECUÁRIA EM FOZ DO IGUAÇU/PR

The historical process of farming in Foz do Iguaçu/PR

El proceso histórico de la agricultura en la desembocadura del Iguaçu/PR

Cláudia Heloiza Conte *

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo histórico da atividade agropecuária em Foz do Iguaçu. Para tanto, se fez necessário o entendimento da gênese e da trajetória da cidade a partir do final do século XIX, com ênfase nos processos de desmembramentos municipais. A partir da década de 1970, fortes transformações afetaram a cidade, caracterizando-se como momento de importantes mudanças na evolução desta localidade. Foz do Iguaçu teve evolução rápida e intensa, mediante a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que afetou toda a dinâmica da cidade.

Palavras-chave: Atividade Agropecuária. Transformações. Foz do Iguaçu. Desmembramentos.

ABSTRACT

This study aims to understand the historical process of farming in Foz do Iguaçu. Both for understanding the genesis and trajectory of the city from the late nineteenth century, with emphasis on the processes of municipal dismemberment was necessary. From the 1970s, changed markedly affected the featured city, characterized as the time of important changes in the evolution of this locality. Foz do Iguaçu was rapid and intense development through the construction of Itaipu Hydroelectric Power Plant, which affected the whole dynamic of the city.

Keywords: Agricultural Activity. Transformations. Foz do Iguaçu. Dismemberments.

RESUMEN

Este presente estudio tiene como objetivo comprender el proceso histórico de la actividad agropecuaria en Foz del Iguaçu. Por lo tanto hace necesario el discernimiento de la génesis y de la trayectoria de la ciudad desde finales del siglo XIX, con énfasis en los procesos de desarticulaciones municipales. Desde la década de 1970, fuertes cambios afectaran la ciudad, caracterizándose como momento de importantes cambios en la evolución de este sitio. Foz del Iguaçu tuvo un desarrollo rápido e intenso, mediante la construcción de la Usina Hidroeléctrica de Itaipu, que afectó a toda la dinámica de la ciudad.

Palabras-clave: Actividad Agropecuaria; Cambios; Foz del Iguaçu; Desarticulaciones.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo compreender o processo histórico da atividade agropecuária em Foz do Iguaçu. Para tanto, se fez necessário o entendimento da gênese e da trajetória da cidade a partir do final do século XIX, inserida no contexto da exploração da erva-mate e da madeira no Oeste Paranaense.

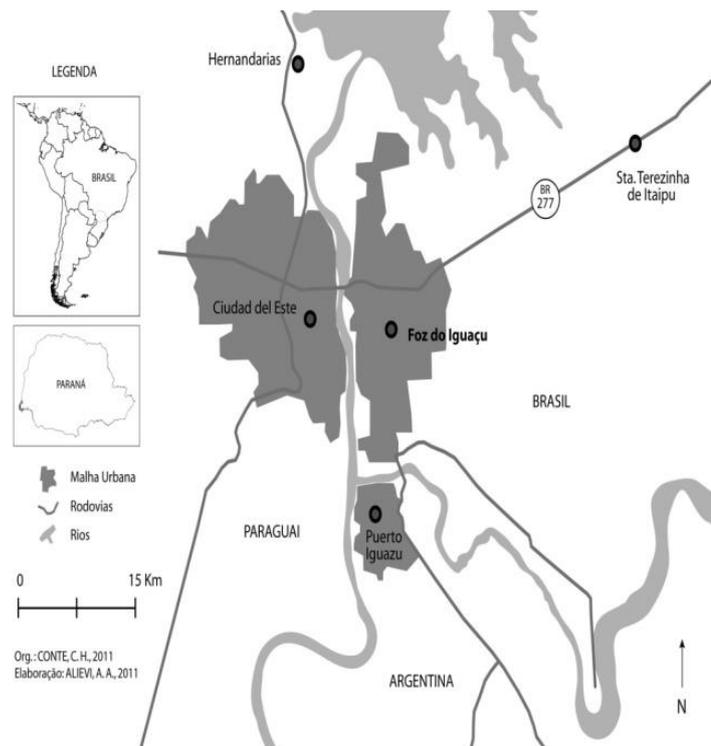
(*) Doutoranda em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Professora Colaboradora da Faculdade União das Américas (UNIAMERICA) – Contato: claudiaheloiza@yahoo.com.br.



A partir da década de 1940, a cidade de Foz do Iguaçu vivenciou um acelerado processo de ocupação das terras, processo este incentivado pelo programa nacional Marcha para o Oeste. Esta ocupação se deu a partir da ampliação dos loteamentos rurais e urbanos, e do forte afluxo populacional de migrantes dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que dinamizaram as atividades agropecuárias e urbanas. Neste contexto de acelerada ocupação de terras, foi deflagrada a implantação da infraestrutura de transporte, articulando esta área ao Estado do Paraná.

A partir dos anos de 1970, fortes transformações afetaram a cidade em destaque, caracterizando-se como momento de importantes mudanças na evolução deste centro urbano. No mapa a seguir, observa-se que a cidade de Foz do Iguaçu está localizada no extremo Oeste do Paraná, na confluência dos rios Paraná e Iguaçu e, ao mesmo tempo, na divisa entre o Brasil, Paraguai e Argentina, área esta denominada de Tríplice Fronteira. O mapa permite ainda observar a localização das cidades de Ciudad Del Este, no Paraguai, e Puerto Iguazu, na Argentina.

Mapa 1 – Localização de Foz do Iguaçu/PR



É de fundamental importância compreender o papel de uma cidade a partir de suas características próprias, pois o todo se manifesta no singular por meio de muitos particulares. Cheptulin (1982) explicita que

as propriedades e as ligações que são exclusivas de uma determinada formação (coisa, objeto, processo) e que não são encontradas em outras formações representam o singular.

Por sua vez, o geral é caracterizado pela repetição, ou seja, que não são próprias apenas a uma determinada formação. O singular está intimamente ligado ao geral, e, por isso, jamais poderá ser considerado de maneira isolada. É neste sentido que, “em cada formação material, ao lado do singular, do que não se repete, deve haver o que se repete, o que é próprio não apenas a ela, mas também a outras formações materiais (coisas, objetos, processos)” (CHEPTULIN, 1982, p.194).

Diante destes apontamentos, e com o intuito de verificar o desenvolvimento das atividades agropecuárias do referido município, este trabalho está dividido em três partes. Primeiramente, discutiremos algumas questões acerca de transformações espaciais. Na sequência, a gênese e a constituição de Foz do Iguaçu, para posteriormente analisarmos a agropecuária no município.

TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS: COMPREENSÃO TEÓRICO-CONCEITUAL

O espaço sofre transformações toda vez que a totalidade passa por um processo de mudança, resultando em alterações nas relações sociais, políticas e econômicas, num contínuo processo de transformação frente às novas necessidades. Nesta discussão, Santos (1985) aponta a necessidade de categorias analíticas para a compreensão da totalidade. As categorias analíticas representam o movimento da totalidade, fato que permite fragmentá-la, compreendê-la, para, posteriormente, reconstruí-la. Tais categorias são forma, função, estrutura e processo.

Para Santos (2008), forma é o aspecto visível, exterior de um objeto, seja visto isoladamente, seja considerando-o arranjo de um conjunto de objetos, formando um padrão espacial. A noção de função sugere uma tarefa, uma atividade ou um papel a ser desempenhado pelo objeto, a forma. Processo é entendido como uma ação que se realiza, via de regra, de modo contínuo, buscando obter um resultado. A estrutura diz respeito à natureza econômica de uma sociedade em um dado momento do tempo, ou seja, é a matriz social onde as formas e funções são criadas e justificadas.

A estrutura implica a interrelação de todas as partes de um todo, a forma de organização ou de construção. Por meio da estrutura, compreende-se o modo pelo qual os objetos estão inter-relacionados, ou que a estrutura “é a natureza social e econômica de uma dada sociedade em um dado momento do tempo” (CORRÊA, 2008, p.29).

Santos (1985) aponta que é fundamental compreender o espaço como instância da sociedade, como a jurídica, econômica, cultural, ideológica, já que a instância da sociedade contém e é contida pelas demais,

assim como cada instância contém o espaço e, por ele, é contido e cuja essência é o social. Para Fresca (2004, p. 24),

sem a força emanada do movimento de uma sociedade historicamente determinada, não há espaço. Espaço é a sociedade em sua concretude; só há espaço se houver uma sociedade que o torne inteligível. Mas, enquanto tal, tanto espaço como sociedade em geral não têm existência, não são reais, se não realizarmos o exercício de chegar a uma sociedade e a um espaço historicamente determinado.

A formação socioeconômica possibilita o entendimento das especificidades de realização de um modo de produção em um determinado lugar ou região em diversas escalas, ou seja, a formação socioeconômica compreende uma estrutura técnico-produtiva da atividade correlacionada à produção, distribuição, circulação e consumo.

O espaço geográfico constitui-se na dimensão da realidade onde talvez as normas e os objetos produzidos pelo homem ganhem expressão de forma mais concreta. Ao passar por uma série de mudanças que alteram as relações sociais, econômicas e políticas, a totalidade altera também o espaço, que sofre transformações para se adaptar às novas imposições e necessidades da sociedade.

É nesta perspectiva de alterações no espaço geográfico que o presente estudo optou pela verificação da evolução da cidade de Foz do Iguaçu embasada na atividade agropecuária.

GÊNESE E CONSTITUIÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU

O município de Foz do Iguaçu teve a sua gênese a partir de 1889, ano em que se deu a criação da Colônia Militar. O espaço territorial destinado para a Colônia foi de 112.500 hectares, tendo como marco de referência 25 quilômetros no sentido Leste-Oeste e 40 quilômetros no Rio Paraná, contados desde a foz do Rio Iguaçu no sentido Norte-Sul. A área da Colônia encontrava-se isolada das demais regiões do Estado, em função das dificuldades de transporte, representadas pelas picadas ervateiras. O projeto colonizador daquela área foi difícil, pois eram poucos aqueles que se dispunham a enfrentar as inúmeras dificuldades de acesso e de sobrevivência.

Em 1905, as terras da Colônia já estavam divididas e distribuídas pelo governo em lotes agrícolas e urbanos, sendo que a população colonial era composta por 58 famílias. A grande maioria dos colonos dedicou-se à extração e venda de madeira e à coleta da erva-mate existente nos lotes recebidos. Com o término desses recursos em seus lotes coloniais, passaram a extraí-los em terras devolutas, situadas nas imediações das terras da Colônia.

Wachowicz (1987) acrescenta que a finalidade primordial da fixação de colonos era incentivar o povoamento por brasileiros e proporcionar a produção de gêneros alimentícios. Todavia, por diversos motivos,

a administração da Colônia não atingiu seus objetivos e, no ano de 1912, o Ministério da Guerra a extinguiu, devolvendo-a para a administração do Estado do Paraná. Dois anos mais tarde, em 1914, a localidade foi oficialmente declarada Município de Vila Iguaçu. Neste momento, a cidade era considerada como “fim do mundo”, a comunicação com o restante do país era praticamente inexistente e o acesso, uma batalha para poucos. Otilia Schimmelpfeng afirma que

revestia-se, pois, de heroísmo empreender viagem através do sertão, via Guarapuava, percorrendo ‘ínvios caminhos’, assinalados por picadas que rompiam a espessa e misteriosa mata, num percurso de léguas e léguas de extensão, isolando-se do resto do mundo civilizado; até alcançar a clareira iguaçuense (SCHIMMELPHENG, 1991, p.58).

Considerando a dificuldade de comunicação com os núcleos maiores em território brasileiro, a cidade voltou-se para aqueles núcleos que existiam na região do Prata, tornando-se economicamente dependente dos comerciantes platinos.

Além disso, a moeda utilizada com maior frequência era a argentina, seguida da paraguaia, já que o dinheiro brasileiro não tinha lugar entre as outras duas. Lopes (2002) aponta que as diferenças cambiais só deixaram de existir quando as autoridades competentes da Colônia fizeram, através de um constante policiamento, com que eles possuíssem o mesmo valor dentro dos limites coloniais. O envolvimento era tamanho com os países vizinhos que a vida na fronteira era composta de aspectos de ambos os países. Catta (2002, p. 30) aponta que

assim, observamos que, nessa fronteira, as interpelações culturais, econômicas, sociais e políticas não poderiam ser senão de uma tal frequência e intensidade que costumes, experiências, gostos, moeda e língua se intercambiavam e se misturavam, num hibridismo digno de uma mini-babel do século XXI.

Apesar das dificuldades mencionadas, os trabalhos de edificação no núcleo urbano de Foz do Iguaçu estavam sendo desenvolvidos. Brito (2005) retrata que a pouca ajuda enviada pelo governo foi destinada à construção de alojamentos para a diretoria. Ergueu-se uma farmácia, a casa do médico, depósito de gêneros alimentícios, ferraria, carpintaria e mais alguns casebres. Em seus domínios, iniciou-se o cultivo do milho, feijão, mandioca, banana, cana-de-açúcar, café em pequenas quantidades, além do fabrico de erva-mate, de farinha de mandioca, do açúcar, da cachaça e da farinha de milho.

A cidade permaneceu sob estas condições por praticamente duas décadas, quando, em meados de 1930, verifica-se um pequeno crescimento populacional, além de um tímido desenvolvimento urbano. Brito (2005, p. 90) descreve esta situação da seguinte maneira:

[...] como sinal do progresso, observamos mais que, no período de 1931 a esta data, estabeleceram 12 casas comerciais, duas máquinas para descascar arroz, uma para fabricar gelo, três engenhos para serrar madeira. Trabalham efetivamente cinco olarias, e, destas casas comuns, possuem edifícios notáveis como o do quartel da companhia do exército nacional, estacionada aqui e os da capitania do porto da marinha brasileira, atestado evidente do progresso de um povo. (sic)

No início da década de 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, foi anunciado um conjunto de medidas que objetivavam reforçar a brasilidade de seus habitantes. Dentre as medidas, estava a Marcha para o Oeste, e Foz do Iguaçu foi a primeira cidade a ser atingida pelo projeto. A obrigatoriedade do uso da língua nacional foi imposta em todas as repartições públicas e comerciais. “Documentos, ofícios, abaixo-assinados, listas de preços, avisos e quaisquer outros meios de informação deveriam ser escritos em língua portuguesa” (WACHOWICZ, 1987, p. 206).

Em setembro de 1943, com a função de capital, o município passou a pertencer ao Território Federal do Iguaçu. Esta situação se estendeu por oito meses, até que, em maio de 1944, por meio do Decreto-Lei 6.550, foram redefinidos os limites para os territórios criados, e aconteceu uma nova divisão de municípios. Nesta realização, o município de Laranjeiras assumiu o papel de capital do Território do Iguaçu.

Em meados da década de 1950, a dinâmica da fronteira passou por modificações. Estas modificações estão relacionadas com os brasiguaios¹, já que grande parte dos brasileiros que se direcionaram ao Paraguai procedeu do próprio Estado do Paraná. As primeiras entradas em massa de brasileiros em território paraguaio aconteceram em 1954, e, em sua maioria, eram compostas por grandes proprietários de terras.

Zaar (2001, p. 10) aponta que foi em 1961, com a criação do programa *Marcha al este*, que tinha como objetivo oficial “ocupar a fronteira leste paraguaia com campesinos paraguaios”, que o processo se acelerou com a venda de imóveis rurais a latifundiários e empresas estrangeiras. Neste sentido, e com o apoio do *Instituto Bienestar Rural* – IBR (órgão latifundiário paraguaio), algumas destas terras transformaram-se em projetos de colonização privados, oferecendo, deste modo, terras baratas e férteis aos agricultores que se dispusessem a migrar para o Paraguai.

A década de 1960 é marcada por grandes transformações, alterando, desta forma, a dinâmica da cidade de Foz do Iguaçu. No ano de 1965, foi inaugurada a Ponte Internacional da Amizade, facilitando o acesso entre Brasil e Paraguai e, principalmente, o acesso do Paraguai para o mar. A pavimentação e inauguração da BR-277, no ano de 1969, pode ser considerada como uma grandiosa obra em favor de Foz do Iguaçu, pois, através desta rodovia, diversos processos políticos e econômicos ocorreram com mais agilidade e rapidez. Entre estes processos, destacam-se a atividade turística e, principalmente, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, que transformou em todos os aspectos a funcionalidade e a dinâmica existente nesta cidade.

¹ “Brasiguaios” são brasileiros estabelecidos no Paraguai em áreas fronteiriças com o Brasil. A denominação tem origem na junção das palavras “brasileiro” e “paraguaio”.

ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS EM FOZ DO IGUAÇU

A partir da ocupação da área de Foz do Iguaçu, as atividades de maior destaque foram, por mais de três décadas, a extração e comercialização da madeira e da erva-mate. Considerando que a efetiva ocupação da porção extremo Oeste paranaense se deu através do Projeto Marcha para o Oeste, com a atuação das colonizadoras, foi a partir deste momento que as atividades agropecuárias daquela região iniciaram-se de modo mais efetivo.

Ao analisar os dados do censo agrícola do IBGE de 1950, uma ressalva deve ser explicitada: no período da coleta de dados, a área Oeste estava dividida em Foz do Iguaçu e Guarapuava. No mapa 2, o espaço de número quatro refere-se à área de abrangência do município de Foz do Iguaçu, enquanto que o número cinco diz respeito ao município de Guarapuava, ou seja, mesmo com a criação de novos povoados, naquele momento, os mesmos ainda estavam na área de Foz do Iguaçu.

Mapa 2 - Municípios existentes no Paraná de 1940 a 1949 (destaque para a região oeste do Paraná).



Fonte: IAP 2001, RIPPEL (2005, p. 80).

No censo de 1960, o município de Foz do Iguaçu já não era o único; fato que possibilita melhor entendimento acerca dos dados. Outro ponto fundamental é considerar que o território de Foz do Iguaçu passou por uma série de desmembramentos até o final da década de 1960, de acordo com os mapas 3 e 4. O mapa 3 apresenta a divisão da região oeste na década de 1950. Em comparação à década de 1940, verifica-se que a região ainda possuía apenas um município – Foz do Iguaçu. Por outro lado, nota-se que já existiam outros

quatro núcleos urbanos na categoria de distritos. São eles: 1- Cascavel, 2 – Toledo, 3 – Guairá e 5- Guaraniaçu. Entre estes, Cascavel, Guairá e Toledo tornaram-se municípios durante a década.

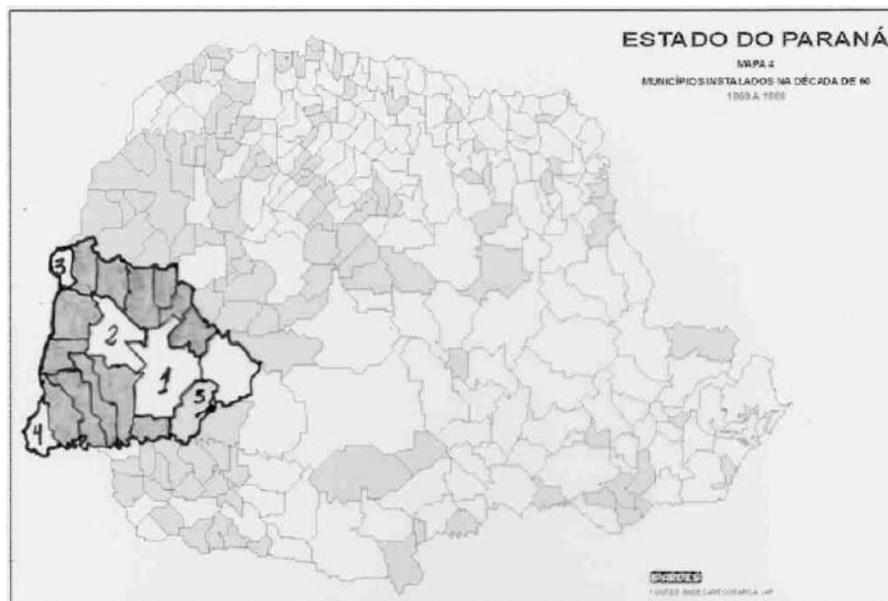
Enquanto o mapa 3 aponta que, na década de 1960, foram criados na região 14 novos municípios, o que caracteriza esta década como a década em que foi emancipado o maior número de distritos na região Oeste do Paraná. Destes, destacam-se 1- Cascavel, 2- Toledo, 3- Guairá, 4- Foz e 5- Guaraniaçu.

Mapa 3 - Municípios existentes no Paraná de 1950 a 1959 (destaque para a região oeste do Paraná).



Fonte: IAP, 2001; RIPPEL (2005, p. 92).

Mapa 4 - Municípios existentes no Paraná em 1969 (destaque para a região oeste do Paraná).



Fonte: IAP, 2001; RIPPEL (2005, p. 94).

Um dos elementos observados pelo IBGE foi a estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, conforme tabela 1 a seguir.

Tabela1- Estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais de Foz do Iguaçu: 1950/ 1970

Grupos de área	1950		1960		1970	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
Até 49 ha	191	5.219	1.120	21.116	1.371	23.337
50 a 100 ha	105	8.043	231	14.287	105	7.427
101 a 500 ha	84	15.472	139	21.756	69	12.872
Acima de 501 há	07	5.321	09	29.130	06	15.060
Total	387	34.055	1.507	86.289	1.551	58.696

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Em 1950, observa-se que os estabelecimentos com até 49 ha eram numericamente predominantes, representando 49,35% do total, enquanto a área representava apenas 15,32%. Aqueles entre 50 e 100 ha representavam 27,13% do total dos estabelecimentos, e 23,61% do total das terras. Ambos os extratos, no entanto, perfaziam 76,48% dos estabelecimentos e 38,94% da área total. São os estabelecimentos entre 101 e 500 ha que representavam 45,43% do total das terras e 21,7% dos estabelecimentos. Os grandes estabelecimentos – acima de 501 ha – representavam 15,62% da área e 1,80% do total de estabelecimentos.

Em 1960, a primeira observação diz respeito ao aumento do número de estabelecimentos e da área ocupada pelos mesmos, em razão da continuidade de loteamentos. Desta maneira, verifica-se que a área total aumentou de 34.055 para 86.289 ha, em relação a 1950; face à ocupação de terras antes recobertas por florestas. No entanto, em 1960, a estrutura dimensional das propriedades continuava com as mesmas características da década anterior, pois o número de estabelecimentos com área inferior a 49 ha representava 74,60% do total, perfazendo uma área de 24,47% do total de terras. Os estabelecimentos entre 50 e 100 ha representavam 15,32% do total, com área de 16,55% do total. Por sua vez, os estabelecimentos de 101 a 500 ha compreendiam 9,4% do total, com 25,21% da área total, enquanto os estabelecimentos acima de 500 ha representavam 0,5%, perfazendo 33,75% da área total.

Já em 1970, nota-se, de modo geral, que a área ocupada foi reduzida, sendo representada por 58.696 ha. Este fato é justificado pela emancipação de alguns povoados e distritos que estavam localizados no município de Foz do Iguaçu. Observa-se, contudo, que, em 1970, os estabelecimentos com até 49 ha representavam 88,39% do total, com 39,75% da área total. Os estabelecimentos com área entre 50 e 100 ha representavam 6,76% e 12,65% do total de terras. Juntos, os estabelecimentos de até 49 há, e aqueles entre 50 e 100 há, perfaziam 52,4% do total de terras. Já os estabelecimentos entre 101 e 500 ha totalizavam 4,44%, contando com 21,92% da área, enquanto aqueles acima de 501 ha representavam 0,3% dos estabelecimentos, com ocupação de 25,65% da área total.

Ao analisar o uso desta terra, de acordo com a tabela 2, verifica-se que, em 1950, a maior parte das terras estava ocupada por matas, compreendendo 56,33% do total; permitindo que se entenda ainda a expressividade da extração da madeira e, até certo ponto, da erva-mate.

Tabela 2 - Uso da Terra em Foz do Iguaçu: 1950/1970

Atividade	1950	1960	1970
	Área (ha)	Área (ha)	Área (ha)
Lavoura temporária	4.052	9.376	13.135
Lavoura permanente	158	5.199	740
Pastagem	4.148	8.518	15.284
Matas naturais	57.909	23.538	18.912
Terras incultas	6.301	2.425	2.092
Total	72.568	49.056	50.163

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Os dados evidenciam que a área ocupada por atividades agropecuárias (8.358 ha), exceto matas e terras incultas, representava 88,48% do total em 1950. No município de Foz do Iguaçu, o predomínio de lavouras temporárias perfazia 48,48% da área. As lavouras permanentes ocupavam 1,89% das terras, enquanto as pastagens ocupavam 49,62%.

Em 1960, observa-se, inicialmente, a redução da área total, comparativa a 1950, em razão da continuidade dos desmembramentos municipais. Outro elemento importante é a redução, em relação a 1950, da área ocupada por matas e terras incultas. Na contrapartida, a área ocupada pela lavoura temporária e permanente foi ampliada de modo significativo. Se excetuarmos do total das terras de uso agropecuário aqueles

ocupados pelas matas, as lavouras temporárias representavam 36,74%, as lavouras permanentes 20,37%, e as pastagens ocupavam 33,38%.

Em 1970, a área total permaneceu estável, mas continuou a redução de áreas ocupadas por matas, enquanto a área de lavoura permanente foi fortemente reduzida; as áreas de lavoura temporária e de pastagens foram as de maior incremento, representando, exceto, a área de matas – 42% e 48,90%, respectivamente.

Com relação aos principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu, os dados apresentados na tabela 3 mostram que, em 1950, as maiores produções foram de milho, cana-de-açúcar, arroz, feijão e trigo. Considerando que, em 1960, houve um acréscimo na área destinada a lavouras temporárias, observa-se a maior produção de milho, feijão, arroz, cana-de-açúcar e trigo, respectivamente. Em 1970, verifica-se redução na produção de arroz, feijão e cana-de-açúcar, enquanto o trigo permaneceu estável, em comparação a 1960. O milho apresentou expansão em terrenos de área plantada e quantidade colhida.

Tabela 3 - Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1950/1970.

Principais Culturas	1950		1960		1970	
	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)
Arroz	275	239	1680	999	805	743
Cana-de- açúcar	1.549	51	82	--	431	23
Feijão	247	283	2.039	2200	1.296	1.961
Milho	4.453	2.570	10.155	5.099	13.108	6.844
Trigo	58	111	282	261	230	280

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Em relação à pecuária no município de Foz do Iguaçu, de acordo com a tabela 4, verificamos que, na década de 1950, a quantidade de animais criados é relativamente pequena, sendo que o número de bovinos era de 4.960, e suínos de 14.122. Mais uma vez, percebe-se, através destes dados, que o número de criadores era pouco significativo, se considerar e/ou comparar com a criação realizada em outras regiões do Estado do Paraná no mesmo período.

Tabela 4 - Atividade pecuária de Foz do Iguaçu: 1950/1970.

Atividades Pecuárias	1950		1960		1970	
	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças	Estab.	Cabeças
Bovinos	295	4.960	1.085	14.207	1.951	21.802
Equinos /muars	224	845	795	1.507		
Ovinos	34	571	44	384	556	1.025
Suínos	348	14.122	1.353	29.653	27	383
Aves	369	25.427	1.965	108.058		
					1.216	22.644
					1.489	117.905

Fonte: Censo Agrícola, IBGE, 1950, 1960 e 1970.

Já na década seguinte, visualiza-se ampliação na pecuária, onde o número de cabeças de gado contabilizava um total de 14.209, 29.653 de suínos e 108.058 de aves. Na tabela anterior, observamos o acréscimo na produção de milho na década de 1960, e este aumento está relacionado à criação de suínos e aves, os quais tinham sua alimentação baseada no milho. Em 1970, novamente, percebe-se um grande crescimento na produção de bovinos e de aves, enquanto as demais criações permaneceram estáveis ou reduziram o número de cabeças, como é o caso dos suínos.

É importante destacar que, ao longo do período de colonização e estruturação desta rede urbana, a área municipal de Foz do Iguaçu foi consideravelmente reduzida, já que, na década de 1970, o município possuía uma área total de 878 km², reduzida para 630 km² em 1980, até chegar aos 550 km² no ano de 1991. Diante desta constatação, Catta (2009, p. 45) afirma que

os reflexos negativos para a população não se limitaram à perda de grandes extensões de terras férteis, mas também de restrições às possibilidades de diversificação de sua economia, já que a atividade agropecuária praticamente ficou limitada às pequenas propriedades, e não ocorreu um incremento da agroindústria.

A partir de 1950, quando a ocupação já estava avançada, a agropecuária começou a se tornar uma importante atividade. Esta era realizada, predominantemente, por pequenos estabelecimentos que vendiam sua produção excedente no centro urbano do município. Esta situação foi sendo alterada com o passar dos anos, tendo em vista que, atrelada ao processo de desmembramentos municipais, a área destinada às atividades agropecuárias cresceu, mas não na mesma proporção das demais áreas do Estado. Desta forma, as atividades agropecuárias permaneceram com as mesmas características das décadas anteriores.

Todavia, com a redução da área municipal de Foz do Iguaçu, muitos agricultores, assim como novos moradores que chegavam, direcionavam-se ao núcleo urbano do município. Esta dinâmica tornou o processo de urbanização mais acentuado. Isto pode ser verificado inicialmente pela evolução da população entre 1950 e

1970 (**Tabela 5**). Foz do Iguaçu contava com uma população total de 16.420 habitantes, dos quais 20,70% era de população urbana (IBGE, 1950). O Censo de 1960 mostra que a população total era de 28.080 habitantes, e a urbana representava apenas 13,63% do total.

Tabela 5 - População de Foz do Iguaçu: 1950/1970.

Ano	Total	População urbana	População rural
1950	16.420	3.400	13.020
1960	28.080	3.830	24.250
1970	33.970	20.150	13.820

Fonte: Censo Demográfico, IBGE 1950 e 1960 e 1970.

Os dados evidenciam importante crescimento populacional total entre 1950 e 1960 (71%), refletindo a dinâmica da ocupação das terras através dos loteamentos rurais, bem como a área, ou ainda atrativos à migração de pessoas em busca de melhores condições de vida. Da mesma forma, no período considerado, a população urbana aumentou 12,64%, expansão muito menor que o crescimento da população total e rural. Assim, até 1960, a população era, majoritariamente, rural. Este crescimento populacional está relacionado, em parte, com os desmembramentos ocorridos ao longo da década de 1960, que induziram o deslocamento de muitas famílias para Foz do Iguaçu.

Em 1970, verificam-se importantes modificações. A população total continua crescendo, mas, entre 1960 e 1970, foi da ordem de 20,95%. A população urbana, que até então era pequena, passou a representar 59,31% do total, evidenciando a inversão da distribuição da mesma. A população rural foi reduzida, em comparação a 1960. Este rápido crescimento está atrelado aos processos de desmembramentos, pois, com a redução da área de Foz do Iguaçu, ocorreu a concentração populacional, a chegada de muitas pessoas que antes se concentravam nas vilas e distritos próximos, assim como a migração de pessoas de outras áreas do Estado e do país.

A partir dos dados acima, é possível compreender que, até o ano de 1960, a cidade de Foz do Iguaçu correspondia a um pequeno núcleo urbano cuja dinâmica de atividades estava fortemente articulada ao atendimento das demandas rurais, seja da população ou da produção.

Até 1970, Foz do Iguaçu constituiu suas atividades rurais com base nas pequenas propriedades agrícolas. Contava então com um pequeno núcleo urbano fornecendo bens e serviços à sua população geral (rural e urbana).

No decorrer das obras de Itaipu, uma etapa em especial foi responsável por mais um conjunto de alterações na dinâmica de Foz do Iguaçu: os conflitos com os proprietários rurais cujas terras seriam alagadas. Os problemas provenientes da “perda” da terra levaram ao êxodo de milhares de agricultores à procura de novas terras para poderem cultivar e “tiveram, no embate entre agricultores desapropriados pela formação do reservatório de Itaipu e a empresa binacional, uma demonstração dos desequilíbrios ali provocados, cujos reflexos no quadro social se tornavam preocupantes” (CATTA, 2009, p. 87-88).

O reservatório de Itaipu atingiu uma média de 200 quilômetros ao longo do trecho do rio Paraná, entre os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra. A inundação atingiu 1.460 quilômetros quadrados de área, e um montante de 8.519 propriedades na margem brasileira (SOTUYO, 1998, p. 73).

Foz do Iguaçu teve 149,10 km² de suas terras inundadas na criação do reservatório de Itaipu, sendo que, no ano de 1983, passou por nova redução territorial, devido ao desmembramento do município de Santa Terezinha de Itaipu, com área equivalente a 259 km². Juntas, as áreas do lago e de Santa Terezinha de Itaipu corresponderam a uma perda de 46,50% de seu território. As perdas de terras agricultáveis dos municípios atingidos pelo lago de Itaipu foram intensas, ocasionando mudanças radicais em termos de produção, estradas, transportes, entre outros aspectos. As produções de soja, milho, feijão, arroz e mandioca ocupavam 99 mil hectares do total desapropriado, e representavam 98% da produção agrícola da área inundada.

Ao final das disputas, Itaipu pagou aos proprietários valores muito abaixo do mercado, e grande parte dos agricultores que dependiam das indenizações teve dificuldades para conseguir um novo estabelecimento rural. Aqueles que decidiram ficar no Brasil tinham como escolha as novas frentes de colonização na Bahia, Acre, Rondônia e Mato Grosso, mas os preços das terras nestas localidades eram mais elevados que os valores obtidos com a indenização. Aqueles agricultores que optaram por continuar na região, ou tiveram que mudar de atividade, enfrentando enormes dificuldades para sobreviver na área urbana, ou compraram lotes menores.

Contudo, grande contingente de agricultores optou por atravessar a fronteira, já que os valores das terras no Paraguai eram acessíveis, diante dos preços da terra no Brasil. Após o estabelecimento destes brasileiros em território paraguaio², outro problema se desencadeou, ou seja, no momento em que suas terras encontravam-se “prontas”, muitas produzindo em larga escala, por meio de desmandos políticos e militares, paraguaios iniciaram a invasão de suas propriedades de forma arbitrária. Estes expulsavam os brasileiros, sendo que muitos foram obrigados a voltar ao Brasil sem dinheiro, com dívidas, sob pena de serem presos pelas autoridades paraguaias (CATTA, 2009).

² De acordo com o jornal *Nosso Tempo*, “mais de 90% dos colonos da fronteira paraguaia com o Brasil são brasileiros, com uma média de 20 hectares para cada proprietário” (*Jornal Nosso Tempo*. Foz do Iguaçu, 04 a 11/02/81, p.10).

Para melhor compreender o processo de fragmentação territorial e diminuição de áreas agricultáveis no município de Foz do Iguaçu, as tabelas 9 e 10 apresentam dados relacionados ao número de estabelecimentos, área utilizada e principais produtos cultivados na década de 1990. Os dados utilizados nestes quadros fazem parte do levantamento realizado pelo IBGE em 1995/1996, ou seja, uma década depois da formação do reservatório de Itaipu. Todavia, a situação agropecuária em Foz do Iguaçu foi pouco alterada desde 1982.

De acordo com o censo, na década de 1990, os estabelecimentos rurais em Foz do Iguaçu totalizavam 348 unidades. Se considerarmos o censo de 1970, verificamos que, neste período, estes eram 1.551, ou seja, em 20 anos, ocorreu uma diminuição de 445% dos estabelecimentos.

Tabela 9 - Estabelecimentos por grupo de atividade e área cultivada em Foz do Iguaçu: 1995/1996.

Atividade	Estabs.	Atividade	Área (há)
Lavoura Temporária	172	Lavoura Temporária	6.610
Lavoura Permanente	11	Lavoura Permanente	314
Horticultura	16	Lavoura Temporária em descanso	113
Pecuária	115	Pastagem	6.912
Produção Mista	28	Matas e Florestas	1.374
Silvicultura e Exploração Florestal	01		
Pesca e Aquicultura	05		
Total	348	Total	16.876

Fonte: Censo Agropecuário, IBGE, 1995-1996.

Dos estabelecimentos, 49,42% eram constituídos por lavouras temporárias e 3,18%, por lavouras permanentes. A pecuária representava 33% dos estabelecimentos, enquanto a horticultura totalizava 4,59%. Os estabelecimentos ocupados com produção mista constituíam 8%; pesca e aquicultura representavam 1,43%, e 0,2% dos estabelecimentos eram utilizados para silvicultura e exploração florestal.

Em 1995/1996, os 348 estabelecimentos ocupavam 16.876 hectares de terra; considerando que, em 1970, a área ocupada por atividades agropecuárias era de 58.696 hectares, ocorreu a diminuição de 28,75%. Da área destinada para estas atividades, 40,95% era composta por pastagem, 39,16% por lavoura temporária e 8,14% por matas e florestas. Em menor proporção verificam-se as lavouras permanentes, com 1,86% da área e 0,66% de lavoura temporária em descanso.

Tabela 10 – Principais produtos agrícolas cultivados em Foz do Iguaçu: 1997.

Principais Culturas	Área (ha)	Quantidade colhida (t)
Algodão	10	18
Arroz	4	10
Cana de Açúcar	20	900
Milho	1.700	3.795
Soja	7.000	17.500
Trigo	1.000	1.700

Fonte: Produção Agrícola Municipal (IBGE, 1997).

Entre os principais produtos cultivados em Foz do Iguaçu neste período, a soja tinha posição de destaque, ocupando 7.000 hectares e rendendo 17.500 toneladas. Mesmo sendo a cultura de maior representatividade no município, se comparada com a produção de Cascavel no mesmo período, nota-se que a produção em Foz do Iguaçu corresponde a 9,6% da produção em Cascavel, que obteve 182.120 toneladas numa área de 65.100 hectares (IBGE, 1997). Na sequência, verifica-se o milho com 3.795 toneladas colhidas numa área de 1.700 há. O trigo, por sua vez, representou 1.700 toneladas numa área de 1.000 ha. Em menor quantidade, observa-se a cana-de-açúcar (900 t e 20 ha), o algodão (18 t e 10 ha) e o arroz (10 t e 4 ha).

A partir das últimas modificações em sua configuração territorial, Foz do Iguaçu ficou limitada ao Norte pelo lago de Itaipu, pela Ilha do Bananal e pelo município de Itaipulândia; ao Sul pelo Rio Iguaçu, que faz fronteira com Puerto Iguazu, na Argentina; a Leste com os municípios de Santa Terezinha de Itaipu e São Miguel do Iguaçu, e a Oeste faz limite com o Rio Paraná, que delimita a fronteira com Ciudad Del Este, no Paraguai. Dos atuais 617,70 km² que compõem o município, 191,46 km² (32%) constituem a área urbana; 138,17 km² (24,44%) correspondem ao Parque Nacional do Iguaçu; 149,10 km² (24,14%) constituem a área coberta pelo lago de Itaipu. Desta forma, a área utilizada pela agropecuária é de 138,97 Km² (20,49%).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto das relações econômicas e sociais estabelecidas desde a gênese de Foz do Iguaçu até a década de 1970 mostra que as atividades agropecuárias representavam e caracterizavam a cidade de Foz do Iguaçu. Neste sentido, verifica-se que a cidade exerceu as funções que lhe foram atribuídas pela divisão social

e territorial do trabalho no referido período. Diferente dos demais núcleos da rede, Foz do Iguaçu teve seu território reduzido pelos sucessivos processos de desmembramentos municipais, e, na década de 1960, caracterizava-se como uma cidade com elevada taxa de urbanização.

Os anos de 1970 foram marcados pelo início das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu e uma série de alterações socioespaciais. Nesta perspectiva, Corrêa (2000) aponta que a rede urbana vem passando por profundas e intensas transformações que levam a diferenciações expressivas, resultantes não somente de sua complexidade genética, mas, principalmente, dos processos desiguais de evolução dos seus centros urbanos, ou seja, da desigualdade espaço-temporal dos processos que atuam sobre ela.

Diante disso, Bessa (2007) ressalta que a organização do espaço não ocorre sem contradição e, por este motivo, as noções de convergência e divergência são pertinentes para uma maior inteligibilidade das transformações socioespaciais, já que, dessa dialética, entre tendências opostas resulta a síntese dos contrários, ou seja, a diferenciação espacial. Desta forma, outras diferenciações resultam da coexistência relacional e contraditória entre os processos de convergência-divergência, decorrentes da dinâmica econômica, política e sociocultural, visto que não existem mecanismos que assegurem a unidade e a equalização dos processos estáveis, caracterizados pela continuidade e pela repetição das situações colocadas, sendo a diversidade o resultado mais provável, já que a descontinuidade está na base dessa dinâmica, que se apresenta pelas contradições inerentes ao movimento e à mudança.

A autora supracitada aponta ainda que a diferenciação resultante é, ao mesmo tempo, manifestação concreta e processo da dinâmica contraditória entre os aspectos convergentes e divergentes. Assim, observa-se que os seguidos desmembramentos municipais, bem como a formação do reservatório de Itaipu, impossibilitaram que Foz do Iguaçu permanecesse a desenvolver a atividade agropecuária, ao mesmo tempo em que a evolução urbana de Foz do Iguaçu está atrelada ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, fato que determinou a transformação espacial da cidade e da rede urbana, ou seja, uma situação de evolução desigual, norteadas por processos de convergência e divergência, que destacam a diferenciação e não a uniformização, revelando a instabilidade e a descontinuidade dos eventos no espaço, onde a diversidade espacial torna-se o resultado desta situação.

REFERÊNCIAS

- BESSA, K. C. **A dinâmica da rede urbana no triângulo mineiro**: convergências e divergências entre Uberaba e Uberlândia. Uberlândia: Composer, 2007.
- BRITO, J. M. de. **Descoberta de Foz do Iguaçu e fundação da colônia militar**. Curitiba: Travessa dos leitores, 2005.
- CATTA, L. E. **O cotidiano de uma fronteira**: a perversidade da modernidade. Cascavel: Edunioeste, 2002.

_____, L. E. **A face da desordem: pobreza e estratégias de sobrevivência em uma cidade de fronteira (Foz do Iguaçu / 1964 – 1992)**. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2009.

CHEPTULIN, A. **A dialética materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa - Omega, 1982.

CORRÊA, R. L. “Espaço, um conceito chave da geografia”. In: CASTRO, I.E; GOMES, P.C. da C; CORRÊA, R.L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008, p.15-47.

FRESCA, T. M. **A rede urbana do norte do Paraná**. Londrina: Eduel, 2004.

IBGE. **Censo Agrícola de 1960: Paraná – Santa Catarina**. Rio de Janeiro, 1967.

_____. **Censo Agropecuário – Paraná: 1970**. Rio de Janeiro, 1975.

_____. **Censo Agropecuário 1995-1996: Paraná**. Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Censo Demográfico – Brasil: 1940**. Rio de Janeiro, 1950.

_____. **Censos Demográfico e Econômicos – Paraná, 1950**. Rio de Janeiro, 1955.

_____. **Censo Demográfico – Paraná: 1960**. v.1. Rio de Janeiro, 1960.

_____. **Censo Demográfico – Brasil: 1970**. v.1. Rio de Janeiro, 1972.

_____. **Produção Agrícola Municipal: Paraná**. Rio de Janeiro, 1997.

LOPES, S. **O território do Iguaçu no contexto da marcha para oeste**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____, M. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SCHIMMELPHENG, O. **Retrospectos Iguaçuenses**. Foz do Iguaçu: Tezza, 1991.

SOTUYO, P. C. G. **Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Dissertação (Mestrado). 1998. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1987.

ZAAR, A. “A migração rural no oeste paranaense/Brasil: A trajetória dos ‘Brasiguaios’”. In: **Scripta Nova**, Barcelona, n.94 (88). Ago.2001. Disponível em: < www.ub.es/gecrit/sn-94-88.htm >. Acesso em: 16 abril 2013.